

Comissão aprova uso de óleo vegetal como combustível

Proposta permite a comercialização e o uso do produto refinado em veículos e máquinas agrícolas, no transporte público urbano e no transporte rodoviário, ferroviário e hidroviário de mercadorias agropecuárias



Ao lado do relator do projeto, Eliseu Resende (D), Fernando Collor preside reunião da Comissão de Infraestrutura, na presença de Serys Silherassenko (E), Gilberto Goellner, Jayme Campos, Mão Santa e Acir Gurgacz

O autor do projeto, Gilberto Goellner, afirmou que a utilização do óleo vegetal como combustível ajudará na redução dos custos da produção agropecuária, além de viabi-

lizar um novo mercado para esses produtos. O senador também citou a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera, o aumento de empregos na área e a dinamização dos setores ligados à produção de

insumos, máquinas e equipamentos agrícolas e de transporte em geral. Aprovado em decisão terminativa, o projeto irá imediatamente à Câmara se não houver recurso para que seja examinado em Plenário. 3



Eduardo Azeredo anuncia que indicações para embaixadas ficarão para depois

À espera de Celso Amorim, comissão suspende votações 7

CPI convoca envolvidos no caso Bancoop

CPI das ONGs aprovou ontem proposta de Alvaro Dias para que sejam ouvidos, na próxima terça-feira, o ex-diretor financeiro da cooperativa João Vaccari Neto e o promotor de Justiça José Carlos Blat, entre outros. 2



Teresa Wambier e o ministro Luiz Fux, da Comissão de Juristas que elabora projeto

Especialistas trazem sugestões para Código de Processo Civil 6

Garimpeiros cobram da Caixa R\$ 450 milhões

Dinheiro seria pelo pagamento de 900 toneladas de ouro de Serra Pelada em poder do banco. Gerente diz que Caixa apenas recebia e repassava ao BC. 4

Descentralização de contribuições em debate 5



Rafael Wollner/ALERT

Na tribuna e nas ruas, briga pelos royalties

Senadores Paulo Duque e Magno Malta citaram manifestações e condenaram Emenda Ibsen Pinheiro. Roberto Cavalcanti e Eduardo Suplicy defenderam solução negociada para o impasse. 8

Manifestação no Rio de Janeiro contra a Emenda Ibsen Pinheiro: segundo a imprensa, mais de 100 mil pessoas teriam participado

Comissão convoca o ex-diretor financeiro da Bancoop João Vaccari Neto, o promotor José Carlos Blat, o corretor Lúcio Funaro e Hélio Malheiro, autor de denúncias



Heráclito Fortes, presidente da CPI das ONGs, submete a votação em bloco vários requerimentos de convocação

CPI das ONGs ouve na terça envolvidos no caso Bancoop

O EX-DIRETOR FINANCEIRO e ex-presidente da Bancoop (Cooperativa Habitacional dos Bancários) e atual tesoureiro do PT, João Vaccari Neto, deve depor na CPI das ONGs, na próxima terça-feira, sobre denúncias de irregularidades na aplicação de recursos de fundos de pensão públicos pela cooperativa. Também foram convocados o promotor de Justiça José Carlos Blat, responsável pela investigação do caso pelo Ministério Público de São Paulo; o corretor de câmbio Lúcio Bolonha Funaro; e Hélio Malheiro, que denunciou desvio de dinheiro da cooperativa para financiamento de caixa dois de campanhas eleitorais.

O presidente da CPI, Heráclito Fortes (DEM-PI), submeteu um conjunto de requerimentos de convocação a votação em bloco. Coube a Tasso Jereissati (PSDB-CE) destacar o referente ao caso Bancoop, apresentado por Alvaro Dias (PSDB-PR).

O caso Bancoop está sob investigação em diferentes instâncias no Senado. Na última quarta-feira, a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou

requerimento para que sejam ouvidos, além de Vaccari, o promotor José Carlos Blat e Lúcio Bolonha Funaro, o advogado da cooperativa, Pedro Dallari. Essas audiências poderão ser realizadas em conjunto com outras comissões. Já o Plenário aprovou solicitação para que o Tribunal de Contas da União (TCU) faça auditoria nos recursos aplicados pela Bancoop em fundos de pensão.

Fraudes

À CPI das ONGs, Alvaro Dias justifica que o Ministério Público de São Paulo encerrou investigação comandada pelo promotor José Carlos Blat sobre a Bancoop, na qual teriam sido identificadas movimentações financeiras fraudulentas, utilizadas, inclusive, para mascarar desvio de dinheiro para campanhas eleitorais. O parlamentar ressalta ainda que, em 2004, R\$ 26 milhões foram injetados na cooperativa pelos fundos de pensão Previ, Funcef e Petros.

Em relação aos demais requerimentos aprovados ontem pela CPI, quatro tratam de denúncias apuradas pela Polícia Federal.

Três solicitam a convocação de indiciados na Operação Rodin, investigação de crimes contra a administração pública por meio de fundações de apoio ligadas à Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), no Rio Grande do Sul. O outro se refere ao suposto envolvimento da ONG Meu Guri em esquema de liberação de recursos do BNDES, foco da Operação Santa Tereza.

O presidente da Fundação De Gestão e Inovação (FGI), Paulo Celso dos Reis Gomes, também foi convocado a explicar a implantação e o funcionamento do novo Modelo Integrado de Gestão e Governança da entidade.

Também serão ouvidos o assessor especial da Presidência da Petrobras Rosemberg Pinto; a presidente da Associação de Apoio e Assessoria de Organizações Sociais do Nordeste (Aanor), Aldenira da Conceição Sena; e os irmãos Donizete Maria Carvalho Coutinho e José Álvares Coutinho Júnior, supostamente envolvidos em irregularidades em obras executadas pela Fundação Francisco de Lima Botelho, no Ceará.

Mário Couto propõe vigília para cobrar promessas a aposentados

O senador Mário Couto (PSDB-PA) convidou os aposentados para uma vigília no Congresso Nacional, em 10 de abril, em favor da recomposição do valor das aposentadorias, cujas perdas no atual governo estimou em 46%. Couto acusou o ministro da Previdência, José Pimentel, de enganar os aposentados e os parlamentares envolvidos na luta pela recomposição dos benefícios. Ele prometeu aumentar o tom das cobranças de promessas, que, segundo afirmou, não foram cumpridas pelo governo.

– Não sei se vamos comer ou ficar com fome, não sei se vamos tomar banho, não sei ainda, mas vamos partir para cima – disse a respeito da vigília que convocou.

Mário Couto acusou o governo federal de falta de sensibilidade

com o drama dos aposentados. Segundo ele, o presidente Lula não percebe que “milhões e milhões de velhinhos deste país estão passando fome, não têm remédio, nem médico”.

Fator previdenciário

O senador disse ter gravação de discurso do então candidato a presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva anunciando em comício que, se fosse eleito, acabaria com o fator previdenciário, justamente um dos projetos aprovados pelo Senado e que aguardam votação na Câmara dos Deputados.

Mário Couto fez críticas também ao presidente da Câmara, Michel Temer, que teria prometido a um grupo de parlamentares e aposentados que colocaria na pauta daquela Casa projetos aprovados pelo Senado em favor dos aposentados. A promes-



Aposentadorias tiveram perdas de 46% no atual governo, diz Mário Couto

sa, disse, não foi cumprida.

– Ele [presidente da Câmara] não colocou até hoje. Sabe por quê? Porque agora os deputados que recebem cargos públicos, os deputados que recebem emendas em troca de votos teriam que votar contra os aposentados por ordem do governo, e eles não querem se expor numa época de eleição.

Correção

Ao contrário do que informou a matéria “Biodiesel, LED e luz solar na agenda energética da Copa”, publicada na página 6 da

edição de ontem, 18 de março, a energia solar movimentou R\$ 180 milhões por ano, e não R\$ 180 bilhões.

Relatório aponta aumento dos trabalhos do Senado

O presidente José Sarney divulgou ontem o relatório sobre os trabalhos do Senado em 2009. O documento, afirmou, consolida a atuação dos senadores nas comissões e no Plenário e traz as propostas legislativas (em estudo ou votadas).

– O Senado prestou sua contribuição para o desenvolvimento nacional

e exerceu a normalidade da ação democrática diante dos desafios, mantendo o compromisso de responder às demandas da sociedade – disse Sarney.

No Plenário, o senador Mão Santa (PSC-PI) também citou o relatório. A íntegra está disponível no link www.senado.gov.br/Relatorios_SGM/RelPresi/2009/

Alerta sobre hidrelétricas na Chapada dos Veadeiros

A Rádio Senado apresenta amanhã o programa *Sintonia Ambiental*, que traz o alerta feito por pesquisadores da fauna e da flora da Chapada dos Veadeiros sobre a construção de 22 hidrelétricas na região. Os especialistas afirmam que várias espécies animais e vegetais podem ser destruídas, além do risco ao ecoturismo, principal atividade econômica da região, classificada pela Unesco como patrimônio natural mundial.

Para falar sobre o assunto, serão entrevistados o membro do Conselho de Defesa do Meio Ambiente de Alto Paraíso de Goiás e do Conselho Nacional de Meio Ambiente, Álvaro de Angelis; o professor do Departamento de Engenharia Florestal da UnB Reuber Brandão; a coordenadora do projeto de implantação dos Centros de Estudos Avançados do Cerrado na Chapada dos Veadeiros da UnB, Nina Paula Laranjeira; e o ambientalista Peter Midkiff. O programa vai ao ar às 7h30.

Síndrome de Down

Para celebrar o Dia Internacional da Síndrome de

Down, comemorado em 21 de março, o Senado promove a mostra *Pintou a Síndrome do Respeito*, que inclui 38 telas pintadas por pessoas com o distúrbio genético. Mas o que é exatamente a síndrome de Down? Como agir diante da notícia de que a família terá uma criança down? Como a sociedade pode avançar para diminuir o preconceito? Esses e outros assuntos estão na reportagem especial “Síndrome de Down: aprendendo com as diferenças”, que vai ao ar hoje pela Rádio Senado FM e Ondas Curtas, às 18h. O programa será reprisado amanhã, às 10h, e no domingo, às 17h.

A Rádio Senado também apresenta o escritor gaúcho Tabajara Ruas, no programa *Autores e Livros*. Autor de mais de sete romances traduzidos para 11 países, o escritor trata, entre outros assuntos, do relançamento da obra *Os varões assinalados*, que tem como tema a Guerra dos Farrapos no Rio Grande do Sul. O programa será transmitido amanhã pela Rádio Senado FM e Ondas Curtas, às 15h, com reprise no domingo, às 9h.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário Sessão apenas para debates

9h A sessão plenária de hoje é não deliberativa, sem a votação de projetos, e destina-se a pronunciamentos de senadores. Entre os inscritos, estão Acir Gurgacz (PDT-RO) e Romeu Tuma (PTB-SP).

SESSÃO ONLINE: a íntegra dos pronunciamentos publicados no *Jornal do Senado* pode ser lida no endereço www.senado.gov.br/sf/atividade/plenario/sessao/default.asp

Aprovado em decisão terminativa, projeto de Gilberto Goellner também autoriza indústrias refinadoras a venderem diretamente ao consumidor



Senadores na Comissão de Infraestrutura elogiaram a aprovação do projeto. O relator, Eliseu Resende (D, com Fernando Collor), lembrou vantagens do óleo vegetal sobre derivados de petróleo



Óleo vegetal pode ser usado como combustível

PROPOSTA QUE PERMITE a comercialização e o uso de óleo vegetal refinado como combustível para veículos e máquinas agrícolas e para veículos de transporte público urbano foi aprovada ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), em decisão terminativa.

A permissão engloba máquinas e equipamentos agrícolas, geradores de energia, veículos de transporte de pessoas e de mercadorias, utilizados em atividades agropecuárias e florestais.

O óleo vegetal refinado também poderá ser usado no transporte rodoviário, hidroviário e ferroviário de produtos e insumos agropecuários e florestais, bem como aos veículos de transporte público e coletivo urbano.

O projeto de lei (PLS 81/08), do senador Gilberto Goellner (DEM-MT), também autoriza as indústrias refinadoras a produzir o óleo vegetal refinado

para uso como combustível e a comercializá-lo diretamente ao consumidor.

– Isso para evitar o “passeio” desse combustível; ou seja, que ele seja transportado para outros centros de distribuição, onde, inevitavelmente, terá seu preço majorado devido aos custos desse deslocamento e mais outras despesas operacionais – explicou o autor.

A matéria já foi aprovada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) e pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA).

Segundo o autor do projeto, a utilização do óleo vegetal como combustível ajudará na redução dos custos da produção do setor agropecuário, além de viabilizar ainda um novo mercado para esses produtos. Goellner também citou, como vantagem do uso do óleo vegetal como combustível, a redução da emissão de gases poluentes na atmosfera,

o aumento de empregos na área e a dinamização dos setores econômicos ligados à produção de insumos, máquinas e equipamentos agrícolas e de transporte em geral.

Vantagens

Favorável ao projeto, o relator Eliseu Resende (DEM-MG) explicou que diversos trabalhos científicos têm atestado as vantagens da utilização de óleo vegetal como combustível, principalmente em relação ao óleo diesel e aos veículos movidos a gasolina e a álcool.

– A era do petróleo vai terminar antes do petróleo. As fontes renováveis de energia vão modificar profundamente as matrizes energéticas para que possamos ter uma configuração no setor energético mais adequada à preservação do meio ambiente no planeta para a sua manutenção – defendeu o relator do projeto, elogiado por todos senadores que participaram da reunião.

Mais segurança no transporte de mercadorias perigosas

O transporte de cargas perigosas deve obedecer não apenas às normas estabelecidas em lei (Lei 11.442/07), mas também às regulamentações dos órgãos responsáveis pelo setor. A determinação, que visa assegurar cuidados necessários para transporte de mercadorias perigosas e evitar riscos à população, consta de projeto aprovado ontem pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI). O texto (PLS 448/09) ainda será votado em segundo turno pela comissão.

Segundo o autor do projeto, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), a Lei 11.442/07 “é uma norma genérica”, que estabelece condições mínimas para o exercício da atividade, definindo responsabilidades sobre as

cargas transportadas e regras para orientar a prestação dos serviços. Após a publicação dessa lei, alguns operadores do transporte de carga passaram a desconsiderar normas específicas para casos de cargas perigosas, definidas pelas agências nacionais de Transportes Terrestres (ANTT) e Aquaviários (Antaq).

De acordo com a relatora, Serys Slhessarenko (PT-MT), ao federalizar a regulamentação do transporte de produtos perigosos, “o projeto evita a proliferação de regras estaduais que dispõem sobre a questão e desburocratiza o transporte rodoviário de produtos perigosos, sem, no entanto, reduzir a vigilância e a segurança desse transporte”.

Gurgacz propõe percentual mínimo de verba para infraestrutura de transporte

Acir Gurgacz (PDT-RO) anunciou em Plenário a apresentação de proposta de emenda à Constituição (PEC 3/10) estabelecendo a obrigatoriedade de aplicação de um percentual mínimo de recursos federais em programas de infraestrutura de transportes.

O senador sugere a aplicação de pelo menos 5% do produto interno bruto (PIB) para o setor, com a finalidade não apenas de corrigir os problemas e distorções que existem na infraestrutura do sistema de transportes, mas também gerar uma cultura de previsão e planejamento.

– Se essa falta de previsão é uma

realidade brasileira, ela se potencializa ainda mais em Rondônia, ampliando o problema. Nossas rodovias são deficientes, nosso sistema hidroviário está rendendo muito menos do que poderia render – disse.

Gurgacz comemorou a audiência pública de lançamento, em Vilhena (RO), do projeto da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, parte integrante da chamada Ferrovia Transcontinental. A solenidade contou com a presença do diretor-geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Luiz Antonio Pagot.



Gurgacz: alerta para problemas que Porto Velho deve enfrentar

Revisão de compensações destinadas a Porto Velho

Acir Gurgacz também defendeu a necessidade de revisão das compensações econômicas recebidas por Porto Velho dos consórcios que obtiveram o direito de executar as obras das hidrelétricas no rio Madeira.

Segundo o senador, o valor pago pelas empreiteiras foi insuficiente para financiar a ampliação da infraestrutura urbana necessária para atender ao aumento populacional decorrente da construção das usinas hidrelétricas em Rondônia.

– Coloco apenas em xeque as compensações, que devem ser revisadas, sob

o risco de impormos à população de Porto Velho um sofrimento ainda maior do que o que viveram até hoje.

Gurgacz manifestou preocupação com os problemas que a cidade deverá enfrentar devido ao excedente de mão de obra após o término das usinas, aos bolsões de pobreza que surgiram ao redor dos canteiros de obras e ao aumento das demandas em saúde, educação e saneamento.

Neuto de Conto aplaude instalação de parques eólicos em duas cidades

Neuto de Conto (PMDB-SC) exaltou ontem a implantação de dez parques eólicos nas cidades de Bom Jardim da Serra e Água Doce, em Santa Catarina, com potência instalada de 222 megawatts (MW) e investimento total de R\$ 1, 2 bilhão. Os dois projetos integram o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa/PAC) do governo federal.

– Além, evidentemente, do benefício da diversificação das nossas matrizes energéticas, estratégias exemplares de produção de energia de forma não poluente estão em andamento, com o estado catarinense entrando de forma inédita e com força na política para redução dos efeitos nefastos do aquecimento global – elogiou o senador.

Neuto de Conto informou também que a companhia Alston assinou protocolo de intenções com o governo da Bahia para instalação de uma planta de energia eólica, que deverá iniciar em 2010 e estar pronta em 2011.



Neuto de Conto: Santa Catarina reduz efeitos do aquecimento global

Heráclito: Wellington Dias deve explicar caso da barragem de Algodão

Heráclito Fortes (DEM-PI) informou que a Comissão de Serviços de Infraestrutura convidou o governador do Piauí, Wellington Dias, o engenheiro Luiz Hernani Oliveira e a então presidente da Empresa de Gestão de Recursos do Piauí (Emgerpi), Lucile Moura, para falarem sobre a tragédia do estouro da barragem de Algodão 2, em maio de 2009, em Cocal.

O senador informou que a tragédia resultou na morte de nove pessoas e deixou 3 mil famílias desabrigadas em Buriti dos Lopes. Ele disse que as prefeituras não foram ressarcidas, como prometido pelo governador, pelas obras feitas para reparar os danos causados pelo rompimento da barragem.

Segundo Heráclito, a imprensa divulgou que o engenheiro Luiz Hernani havia garantido que a barragem não corria nenhum risco. Com isso, o governo estadual estimulou os moradores a voltar para suas casas no leito do rio pelo qual escoava a água da barragem.



Heráclito Fortes afirma que prefeituras não foram ressarcidas

Diretor do DNPM admite durante debate rever concessão de lavra à Coomigasp, que, segundo os garimpeiros, não representa mais a categoria



Em audiência na CDH dirigida por José Nery (centro, na foto à dir.), trabalhadores de Serra Pelada reivindicam pagamento de quantia equivalente a 900 toneladas de ouro e denunciam arbitrariedades da PM do Pará

Garimpeiros de Serra Pelada cobram R\$ 450 mi da Caixa; gerente contesta

DEPOIS DE MAIS DE TRÊS horas de debates, o diretor-geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antonio Cedraz Nery, admitiu abrir processo administrativo para rever a concessão de lavra, em 2007, a um consórcio de empresas que tem contrato com a Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp).

A discussão na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), por iniciativa de seu vice-presidente, senador José Nery (PSOL-PA), tratou do conflito em torno da exploração de ouro em Serra Pelada, no município de Curionópolis (PA). Também participaram da audiência pública representantes do Ministério de Minas e Energia, da Caixa Econômica Federal, do Banco Central, do governo do Pará e de três associações de garimpeiros: Sindicato dos Garimpeiros de Serra Pelada, Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada e Movimento dos Trabalhadores em Mineração.

Os garimpeiros querem a revisão do marco que estabeleceu o local inicial para o garimpo de Serra Pelada – um total de 110 hectares – além do pagamento de R\$ 450 milhões, que seriam o equivalente a 900 toneladas de ouro em poder da Caixa.

O gerente nacional de Aplicação Pessoa Física Renda Básica da Caixa, Jorge Pedro de Lima Filho, disse que não há dinheiro nenhum na instituição que possa ser reivindicado pelos garimpeiros, pois o banco apenas recolhia e repassava ao BC. O presidente da Associação Fiscalizadora dos Direitos dos Garimpeiros de Serra Pelada, Alexandre Valadares Vieira, afirmou que “não haverá paz em Serra Pelada enquanto não for revisto o marco LS-1”.

Por sua vez, o advogado dos garimpeiros, Rodrigo Maia Ribeiro, acusou a Polícia Militar do Pará de estar torturando garimpeiros e prendendo e estuprando crianças em Serra Pelada, além de forjar flagrantes de drogas contra adolescentes e até crianças, filhos de garimpeiros. Tudo isso, sustentou, por encomenda das empresas, que querem manter o controle do garimpo. Os garimpeiros não reconhecem mais a Coomigasp como sua representante, assinalou.

O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do ministério, Cláudio Scliar, afirmou que a Coomigasp realmente era reconhecida como representante dos garimpeiros, mas tinha apenas 4.500 associados. “Hoje, são 45 mil associados, graças ao nosso trabalho conjunto”, disse. “Mas, se por questões de política interna da

cooperativa, os garimpeiros não a reconhecem mais como sua legítima representante, o poder público nada pode fazer”.

Segundo os representantes dos garimpeiros, há ainda em Serra Pelada um total de 19 toneladas de ouro, e a cidade de Curionópolis está reduzida a ruínas, sem condições de moradia para os 10 mil garimpeiros que retornaram à região depois que o Senado Federal, em 2002, por meio de decreto legislativo, reabriu o garimpo e licitou a área.

Auditoria

À tarde, José Nery comunicou ao Plenário que ficou acertado que as entidades dos garimpeiros irão solicitar ao DNPM uma auditoria para esclarecer a regularidade na concessão do direito de exploração mineral por aqueles trabalhadores. As entidades encaminharão à CDH denúncia formal sobre agressões por parte de membros da PM do Pará.

Segundo Nery, ficou também acertado que será constituída uma comissão dos garimpeiros e representantes de órgãos governamentais para a apresentação conjunta de propostas visando a melhoria das condições de vida da população de Serra Pelada.

Alternativas ao garimpo serão tema de debate no Pará

Dentro de 60 dias a CDH deverá promover um grande seminário na cidade de Curionópolis (PA), região onde se localiza o garimpo de Serra Pelada. Esse foi um dos desdobramentos do debate realizado ontem pela comissão.

O vice-presidente da CDH, José Nery (PSOL-PA), informou que o objetivo do seminário é discutir e analisar propostas de organização de atividades econômicas alternativas à mineração ou ao garimpo para a população da região. Também serão avaliados os principais problemas e demandas dos habitantes referentes a educação, saúde, infraestrutura, meio ambiente e capacitação tecnológica e profissional. José Nery adiantou que um dos principais problemas daquela região paraense é o grande número de hansenianos.

A CDH também irá acompanhar o desdobramento do impasse sobre quais entidades serão reconhecidas pela Justiça como aptas a fazer a exploração mineralógica em nome da comunidade garimpeira, segundo José Nery.

Trinta e um anos de muita disputa e violência

Da descoberta dos primeiros veios de ouro, em 1979, ao impasse sobre a exploração empresarial do garimpo dos dias atuais, Serra Pelada teve sua história marcada por intensas disputas e muita violência. Hoje, 10 mil garimpeiros estariam impedidos de trabalhar no local

Em **1979**, o governo decidiu abrir ao garimpo a região de Serra Pelada, no sul do Pará, onde foi descoberto ouro. Houve uma corrida desenfreada de homens, muitos com suas famílias, em busca de fortuna. Para ordenar a prospecção, depois do caos que se instalou, o presidente João Figueiredo nomeou como interventor do garimpo, em maio de **1980**, o major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, que passou a controlar a região com “mão de ferro”.

Com a redemocratização, Curió tornou-se político e chegou a criar uma cidade com seu nome, Curionópolis. Foi deputado federal e elegeu-se prefeito por duas vezes e, até 2008, ainda era muito influente na região. Em **1992**, o governo Fernando Collor fechou o garimpo, reaberto parcialmente (100 hectares) em **2002** por decreto legislativo do Senado. Mais de 10 mil garimpeiros retornaram, reivindicando direitos adquiridos de garimpo. Houve luta com os garimpeiros que permaneceram no local.

O Departamento Nacional de Produção Mineral e o Ministério de Minas e Energia assumiram as negociações com os grupos de garimpeiros. Esses órgãos reconheceram como legítimo representante dos trabalhadores a Coomigasp e decidiram, em **2007**, que o consórcio Vale/SPE/SPDC/Colossus é que tinha condições técnicas para explorar o ouro. Os garimpeiros pioneiros rejeitaram a decisão e garantem que houve fraude – as empresas SPE e SPDC, por exemplo, teriam o mesmo CNPJ. Eles acusam as empresas de representar interesses internacionais e denunciam que uma página do processo desapareceu. Em consequência, apontam, 10 mil garimpeiros estão impedidos de trabalhar e sendo presos, torturados e assassinados por funcionários das empresas e pela Polícia Militar do Pará.

José Nery (PSOL-PA) visitou a área e, impressionado com a tensão e a miséria que encontrou, resolveu tomar a frente das negociações, começando com a audiência pública de ontem na CDH.



Visão atual de Serra Pelada, que já atraiu multidões de garimpeiros: corrida do ouro agora nas mãos de consórcio de empresas

Audiência na Comissão de Justiça debate propostas de Francisco Dornelles e Pedro Simon que preveem transferências a fundos regionais

Governo quer controlar as contribuições sociais

TRAMITAM NO SENADO duas propostas que visam aumentar a receita de estados e municípios a partir dos recursos de contribuições sociais – que atualmente estão concentrados na União. Mas, durante audiência realizada ontem, representantes do governo foram contra a descentralização desses recursos, argumentando que as contribuições são fundamentais, por exemplo, para as transferências previdenciárias e programas como o Bolsa Família.

As duas matérias em questão – propostas de emenda à Constituição – são as seguintes: a PEC 17/07, apresentada pelo senador Francisco Dornelles (PP-RJ), e a PEC 65/05, de Pedro Simon (PMDB-RS). Ambas preveem que parte da arrecadação com a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) seja destinada a fundos regionais, ao Fundo de Participação dos Municípios e ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal.

O relator das duas proposições é o senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA). Ele recomendou a aprovação da proposta de Dornelles e a rejeição da de



Na audiência pública na CCI, Márcio Coelho (E), Eduardo Suplicy e Remígio Todeschini: expositores se manifestam contra propostas de emenda à Constituição

Simon. Em seu relatório, Flexa Ribeiro argumenta que a primeira proposta se caracteriza pela “simplicidade e eficácia”, enquanto a segunda inclui, além da Cofins e da CSLL, outros impostos federais que, segundo ele, “não são apropriados para partilha” devido a sua natureza regulatória.

Flexa Ribeiro também afirma que essas propostas “vão ao cerne de um dos principais problemas da atual organização do federalismo fiscal brasileiro: a alta concentração da apro-

priação das receitas públicas na esfera federal, em detrimento das demais esferas de governo”. E as contribuições sociais, observa ele, viabilizam essa concentração.

Discordância

A visão de Flexa Ribeiro não é compartilhada pelos integrantes do governo que participaram da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado (CCJ). Representando o Ministério do Desenvolvimento

Social e Combate à Fome, José Dirceu Galão declarou que as receitas com a Cofins e a CSLL são fundamentais para financiar a Seguridade Social e, por isso, devem continuar concentrados na União.

Galão citou as transferências para aposentados, as transferências do Programa Bolsa Família e os benefícios de prestação continuada destinados a aposentados e portadores de deficiência. Segundo ele, tais transferências visam a uma “faixa da população mais vulnerá-

vel” e resultam no fomento das economias locais em que essas pessoas vivem.

Ao reiterar a importância da Cofins e da CSLL para o financiamento da Seguridade, o representante do Ministério da Previdência Social, Remígio Todeschini, ressaltou que, se não fosse pelas transferências previdenciárias, cerca de 22,6 milhões de brasileiros viveriam abaixo da linha de pobreza (ou seja, com uma renda mensal inferior a R\$ 207,5), de acordo com dados de 2008.

“Recursos são gastos de forma descentralizada”

O subsecretário de Planejamento e Orçamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, José Dirceu Galão, afirmou que o Bolsa Família deve pagar neste ano cerca de R\$ 13,1 bilhões, beneficiando aproximadamente 12,5 milhões de famílias – o que pode abranger um total estimado de 50 milhões de pessoas.

Os dados foram apresentados ao senadores na audiência pública da Comissão de Constituição e Justiça. De acordo com o ministério, o Bolsa Família pagou R\$ 12,4 bilhões no ano passado, beneficiando em torno de 12,4 milhões de famílias.

Galão ressaltou a importância de dois tributos, a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), para o financiamento da Seguridade Social – que, por sua vez, financia o Bolsa Família.

– Estamos hoje na dependência



José Dirceu Galão diz que Bolsa Família deve pagar este ano R\$ 13,1 bilhões

da Cofins e da CSLL – declarou.

Ao contrário do que preveem as PECs em discussão na Comissão de Justiça, José Dirceu Galão declarou que as receitas com a Cofins e a CSLL devem continuar centralizadas na União por serem necessárias à Seguridade e, portanto, às

transferências previdenciárias e a iniciativas como o Bolsa Família.

– Apesar da centralização no momento da arrecadação, esses recursos são aplicados localmente, ou seja, são gastos de forma descentralizada – argumentou o subsecretário.

Secretaria do Tesouro calcula perdas de receita

O representante da Secretaria do Tesouro Nacional, Márcio Coelho, apresentou à CCJ estimativas da receita que a União perderá se as PECs forem aprovadas: no caso da proposta de Francisco Dornelles, a perda poderia atingir R\$ 87 bilhões; com a proposta de Pedro Simon, a perda seria de aproximadamente R\$ 21,6 bilhões.

A partir dessas projeções, Eduardo Suplicy (PT-SP) – que solicitou a realização do debate – ressaltou que, em caso de aprovação de uma das PECs, “será preciso encontrar uma alternativa de arrecadação

para que o governo não fique em situação difícil”.

Nesse contexto, Márcio Coelho disse que a análise das PECs “tem de passar necessariamente pela discussão mais ampla da reforma tributária”. Flexa Ribeiro, no entanto, contrapôs que, “lamentavelmente, até hoje nenhum governo quis fazer a reforma tributária, porque, entre outras razões, ninguém quer perder receita”. Antes da reforma tributária, defendeu, “é necessário rever o pacto federativo, que é injusto [para estados e municípios em termos fiscais]”.



Serys diz que Mato Grosso tem vigoroso programa habitacional

Serys manifesta preocupação com o déficit habitacional

Serys Sihessarenko (PT-MT) manifestou ontem preocupação com o déficit habitacional no Brasil, especialmente de seu estado. Ela observou que, apesar de ser um direito social garantido pela Constituição, a moradia ainda é um sonho distante para as famílias mais pobres.

– Projeções dão conta de que existiria, hoje, um déficit total de 7,9 milhões de novas moradias, além de um déficit de habitabilidade. Da neces-

sidade de moradias urbanas, 55% referem-se a famílias com renda mensal de até dois salários mínimos, 29% a famílias com renda mensal de dois a cinco salários mínimos e 16% a famílias com renda superior a cinco salários mínimos – ressaltou.

Segundo a senadora, o governo Lula tem trabalhado para resgatar esse déficit habitacional com o programa Minha Casa, Minha Vida, que tem a meta de construir 1 mi-

lhão de moradias para famílias de baixa renda, mas sem prazo estabelecido. Ela disse que é consenso no governo a prioridade para esse tipo de habitação.

Serys citou dados da Caixa Econômica Federal para afirmar que Mato Grosso tem um dos mais vigorosos programas habitacionais do país.

O total de financiamentos no estado chegou a R\$ 687,7 milhões em 2009 (94,5% acima de 2008).

A parlamentar também registrou os 50 anos de fundação e transmissão ininterrupta da Rádio Cultura de Cuiabá. Serys disse que o improviso é a marca característica da rádio e que governadores, prefeitos, deputados e senadores não são eleitos em Mato Grosso sem antes serem sabatinados na rádio.

A senadora leu um artigo escrito pelo diretor-geral da rádio, o jornalista Kleber Lima.

Funcionário do Flamengo diz que ex-funcionária do clube forjou denúncia de que ele teria abusado sexualmente de adolescente de 15 anos

Depoente atribui acusação de pedofilia a vingança

EM DEPOIMENTO ONTEM à CPI da Pedofilia, o funcionário do Clube de Regatas do Flamengo, Flávio Alves Pereira, atribuiu a um possível sentimento de vingança de uma ex-funcionária do clube as denúncias de que ele teria abusado de um rapaz de 15 anos, em um restaurante nos arredores da sede social do clube.

Ao presidente da CPI, senador Magno Malta (PR-ES), ele negou que tenha cometido abuso sexual e disse que a verdade será provada, assim como ocorreu em outra denúncia também envolvendo o seu nome, em 1988, cujo caso foi arquivado pela Justiça.

Segundo disse Pereira, em 1986, ele não teria permitido que essa senhora, que atualmente é dona de uma loja que vende queijos na proximidade do clube, comprasse 150 ingressos para um jogo de final de campeonato. Na ocasião, afirmou ele, a funcionária, que foi afastada do departamento por ele dirigido, teria jurado vingança. Trata-se, como informou, de pessoa "polêmica" dentro do clube.



Magno Malta diz que pedirá quebra de sigilo telefônico de Flávio Pereira (D), que alega ter a autora da denúncia jurado vingança após uma disputa por ingressos

Para o depoente, a denúncia, que veio à tona há cerca de 40 dias, era para ser "um pequeno escândalo" no clube, que tomou proporções maiores provavelmente devido às rivalidades políticas internas no Flamengo, que levaram oponentes a pegarem "carona" no caso.

O menor negou, em depoimento na Delegacia de Crianças e Adolescentes Vítimas no Rio de Janeiro, ter sido molestado pelo acusado.

Coordenador de arrecadação e fiscalização há oito anos, Flá-

vio Pereira afirmou que a maioria da atual diretoria do clube desaprova a sua permanência no cargo. Antes dessa função, ele informou ter sido sócio, conselheiro e colaborador do clube. Atualmente, informou receber cerca de R\$ 4,2 mil líquidos de salário.

Talentos

Flávio Pereira também assegurou a Magno Malta que não "garimpa" garotos talentosos para jogar no Flamengo.

– Não descubro talentos. Eu



aceito indicações e o Flamengo avalia. Não era eu quem avaliava – explicou Flávio, que disse que sua vida no Flamengo está "destruída".

O presidente da CPI disse que deverá pedir a quebra de sigilo telefônico de Flávio Pereira para verificar se ele estaria falando a verdade quando disse que havia feito apenas uma ligação para o menor envolvido na denúncia de abuso sexual. Magno Malta informou também que a ex-funcionária do Flamengo e a mãe do adolescente deverão

comparecer à CPI para prestar esclarecimentos.

Antes do depoimento, a CPI aprovou requerimentos para realizar diligência na cidade alagoana de Arapiraca, para ouvir o depoimento dos monsenhores Luiz Marques e Raimundo Gomes e do padre Edilson Duarte, envolvidos em denúncias de abuso sexual de menores.

Segundo lembrou Magno Malta, esse foi o primeiro caso de pedofilia no Brasil envolvendo religiosos que foi reconhecido pelo Vaticano.



Audiência pública reuniu o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer (E); o ministro Luiz Fux, presidente da comissão; Teresa Wambier, relatora; e o consultor legislativo do Senado Bruno Dantas

Especialistas apresentam sugestões ao novo CPC

A Comissão de Juristas designada pelo Senado para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) reuniu-se ontem em Brasília para ouvir sugestões. A previsão é que o anteprojeto seja apresentado aos senadores ainda neste primeiro semestre, quando então começará a tramitar no Senado, em forma de projeto de lei.

Durante a reunião, representantes da Advocacia-Geral da União (AGU), de juízes, da Defensoria Pública, de desembargadores, de advogados, de oficiais de Justiça e de profes-

sores de Direito fizeram votos para que o anteprojeto, transformado em lei, torne a Justiça mais rápida, com segurança jurídica.

Entre as sugestões apresentadas, destacam-se o incremento do meio eletrônico no andamento dos processos, maior autonomia para os oficiais de Justiça nos atos executórios, desburocratização cartorária e permissão para que os despachos dos próprios magistrados sirvam de mandados.

Novidades

A principal novidade do an-

teprojeto é a criação do instrumento jurídico denominado "incidente de coletivização de demandas". Por essa norma, em vez da existência de milhares de ações sobre litígios semelhantes – a exemplo de contestação de assinatura básica de telefonia –, apenas uma ação coletiva passaria a produzir uma decisão, aplicável a todo o país.

Também destacam-se a obrigatoriedade de audiências de conciliação e as restrições à apresentação de recursos, como o fim do agravo de instrumento (salvo para questões de urgência).

Luiz Fux: proposta de reforma do Código tem sido bem recebida

O ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luiz Fux disse ontem que as propostas da Comissão de Juristas designada pelo Senado para elaborar o anteprojeto do novo Código de Processo Civil (CPC) têm sido bem recebidas pela comunidade jurídica. Da mesma forma, as contribuições obtidas pela comissão em audiências públicas estão apontando para direção semelhante à dos debates dirigidos por Fux.

– Em geral, está havendo con-

vergência com as nossas sugestões – avaliou Fux, que preside a Comissão de Juristas, após a quinta reunião do colegiado em Brasília.

A comissão voltará a se reunir em Brasília no próximo dia 23 e também fará reuniões em São Paulo (26 de março), Manaus (9 de abril), Curitiba (15 de abril) e Porto Alegre (16 de abril). A apresentação, votação e encaminhamento do relatório final do anteprojeto do novo CPC estão previstos para o dia 27 de abril.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Nery • Mão Santa

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Silvia Gomide
Edição: Moisés Oliveira e Nelson Oliveira

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria, Suely Bastos e Sylvio Guedes

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo S. Alves
Revisão: André Falcão, Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéias D. de Moraes, Pedro Pincer e Silvio Burle

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações - SEEP



Gerardo Magalhães

Virgílio destaca também trabalho de cidadão em favor de favelados

Virgílio celebra 55 anos de criação de Pauini

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), apresentou ontem voto de aplauso pelo aniversário de 55 anos de criação do município de Pauini, localizado na microrregião de Boca do Acre, no sul do estado do Amazonas.

Arthur Virgílio disse que o município de Pauini é um dos mais importantes de seu estado, tendo sido criado em 1955, quando chegou ao local uma expedição criada pelo primeiro presidente da então província do Amazonas.

O senador pediu também um voto de aplauso ao cidadão amazonense José Souza do Nascimento, conhecido como Zeca Nascimento, pelo transcurso, na última segunda-feira, de seu aniversário de 55 anos. Zeca Nascimento se destacou, segundo Virgílio, pelo seu trabalho em prol da população favelada da Comunidade Santa Edwiges.

Virgílio apresentou ainda voto de pronto restabelecimento ao treinador de Muay Thai Luiz Alves, vítima de acidente vascular cerebral.

Até 6 de abril, quando Celso Amorim esclarecer pontos da política externa brasileira na CRE, comissão deixará de examinar 12 indicações presidenciais de embaixadores

Análises de indicações para embaixadas estão suspensas

O PRESIDENTE DA COMISSÃO de Relações Exteriores (CRE), senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), confirmou ontem que a comissão suspenderá o exame de indicações de novos embaixadores até que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, compareça para debater a política externa do país. Azeredo já havia anunciado a decisão em Plenário na terça-feira.

Ele ressaltou que não há recusa por parte do ministro em falar à CRE. Observou, inclusive, que uma audiência já está marcada para 6 de abril.

Até lá, vão permanecer sem exame 12 mensagens presidenciais com indicações de novos embaixadores. Nesse grupo estão as indicações de embaixadores para as representações na Venezuela, Reino Unido e Equador.

Azeredo justificou a medida apontando preocupações com a atual política externa e o desejo por uma reorientação de rumos. Entre os pontos criticados, ele citou a aproximação do país com o Irã e a abertura de embaixadas em países muito pequenos – nesse caso, afirmou, o dinheiro seria mais bem utilizado na estruturação de consulados em lugares onde vivem muitos brasileiros.



Jane Araújo

Collor (E) cobra assinaturas em documentos e Azeredo tratará do assunto com Itamaraty

– São medidas adotadas no bojo de uma euforia por um papel mais proeminente do país no campo internacional – comentou.

Em Plenário, à tarde, Azeredo declarou que a aproximação com o Irã “contamina a imparcialidade que deveríamos ostentar ao nos oferecermos como mediadores para o conflito entre palestinos e israelenses”.

Para o senador, a diplomacia brasileira errou no episódio do golpe de estado em Honduras, onde, segundo Azeredo, o governo insistiu em apoiar o ex-presidente Manuel Zelaya, abrigando-o na embaixada do

Brasil em Tegucigalpa, mesmo depois da derrota de seus partidários em eleições livres.

Assinaturas

A reunião da CRE foi marcada também por debate sobre a ausência de assinaturas de Celso Amorim nos documentos que integram as mensagens relativas às indicações de embaixadores. Quem levantou o problema foi Fernando Collor (PTB-AL), que defendeu a devolução dos processos, para que o ministro os assinasse. Depois de manifestações pró e contra, ficou decidido que o presidente da CRE tratará do assunto com o Itamaraty.



Gerardo Magalhães

Geovani Borges celebrou os 228 anos da Fortaleza de São José de Macapá

Geovani pede zelo com os monumentos

O aniversário da Fortaleza de São José de Macapá, monumento militar que completa 228 anos hoje, foi lembrado por Geovani Borges (PMDB-AP), que destacou a importância de os brasileiros zelarem por seus monumentos históricos. A fortaleza, iniciada em 1764, foi projetada por engenheiros italianos e alemães e construída por escravos índios e africanos.

O senador lamentou que muitas construções consideradas patrimônio histórico e artístico nacional estejam hoje relegadas ao abandono, maltratadas, mal conservadas, o que impede que os cidadãos brasileiros tenham acesso a sua própria história.

Além disso, observou, a conservação desses monumentos é importante porque gera divisas por meio do turismo.

– Cuidemos deles, porque são a expressão material de nossa cultura, de nossos valores, da vida de nossos antepassados – disse Geovani Borges.



Moreira Matiz

Sadi Cassol diz que mostra deve receber 300 mil pessoas até o dia 28

Cassol destaca 6º Salão do Livro do Tocantins

Sadi Cassol (PT-TO) informou que será realizado em Palmas, de hoje até o dia 28, o 6º Salão do Livro do Tocantins, que deve atrair pelo menos 300 mil pessoas. Neste ano, o tema do salão é “A leitura acelera a educação” e serão homenageados os escritores Carlos Drummond e Odir Rocha.

O senador disse que mais de 500 editoras estarão representadas nos 573 estandes, onde poderão ser folheados 80 mil livros. Informou que o salão é promovido pela Secretaria de Educação e Cultura do Tocantins, comandada pelo senador licenciado Leomar Quintanilha (PMDB-TO), e pela Secretaria de Educação de Palmas.

Acordos para trabalho de dependentes de diplomatas

Dependentes de pessoal diplomático e de outras carreiras a serviço na Itália e na Tanzânia podem exercer atividades remuneradas nesses dois países, o mesmo valendo aqui no Brasil, para dependentes de representantes desses dois países. É o que estabelece acordos bilaterais firmados com os governos da Itália e da Tanzânia aprovados ontem pela Comissão de Relações Exteriores.

Já examinados na Câmara dos Deputados, os dois acordos vão agora ao Plenário do Senado para decisão final. A ratificação incluirá a Itália e a Tanzânia numa lista de quase 20 países com os quais o Brasil já firmou acordos semelhantes, como

informado na justificativa dos projetos de decreto legislativo (PDLs) com as mensagens presidenciais que deram origem às propostas.

O projeto referente ao acordo com a Itália (PDL 801/09) foi relatado pelo senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) – em substituição a Eduardo Suplicy (PT-SP). Nesse caso, o acordo abrange pessoal diplomático, consular e técnico-administrativo que integrem as missões. Com relação à Tanzânia (PDL 871), os grupos atendidos incluem ainda militares.

Pelos termos dos acordos, são considerados dependentes cônjuges não separados, assim como os filhos solteiros menores de 21 anos ou aqueles menores de 25

anos matriculados em cursos universitários em horário integral. O benefício recíproco vale ainda para os filhos solteiros com deficiências físicas ou mentais.

Outras cinco matérias foram aprovadas na reunião, seguindo agora para o Plenário, inclusive o PDL 1.035/09, com o texto modificado do convênio constitutivo do Fundo Monetário Internacional (FMI). O ato foi formado pelos ministérios da Fazenda e das Relações Exteriores. No Senado, o relatório do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) avalia que o acordo para as mudanças foi positivo para os interesses nacionais, pois representou aumento de poder de voto para o Brasil na instituição.

Oposição tem inveja da política externa de Lula, diz Inácio Arruda

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) disse que as críticas feitas pela oposição no Senado à política externa do governo Luiz Inácio Lula da Silva lhe parecem “ciúme, inveja”. Para ele, espanta alguns que um homem simples como o presidente tenha feito o Brasil ser respeitado em todos os lugares do mundo.

– Que presidente foi a Israel dizer a opinião do Brasil sobre

o Estado Palestino? Lula foi até lá, e foi à Palestina, visitou vários países árabes – questionou.

Na opinião de Inácio Arruda, a política externa brasileira é “ampla, vitoriosa, extraordinária”. Ele disse ainda considerar Lula corajoso por “não pedir licença a nenhuma outra nação para fazer a sua política”.

– O que os conservadores do país querem é uma política de



Moreira Matiz

Para Arruda, Lula não pede licença a país algum para assumir posições subserviência, mas o Brasil tem que se manter de cabeça erguida – afirmou.



Gerardo Magalhães

João Durval: categoria não pode ficar à margem da sociedade

João Durval defende apoio a ambulantes

O senador João Durval (PDT-BA) propôs ao governo, ao Congresso e às prefeituras que seja regulamentada a profissão dos vendedores ambulantes, sustentando que eles não podem ficar à margem da sociedade, sem direitos previdenciários, especialmente a aposentadoria ao final da vida.

Para João Durval, é incorreta a ideia de que o comércio informal deve ser reprimido porque os vendedores ambulantes não pagam impostos.

– Depois de tantos anos, está claro que não adianta proibir o trabalho do ambulante. O poder público deve encará-los como trabalhadores que têm de ser assistidos, e não perseguidos como se fossem transgressores. Aliás, essa atividade já se encontra regularizada em muitos municípios – argumentou o senador.



Jayme Campos: 63 mil pessoas esperam por uma simples consulta

Senador vê crise histórica na saúde de Mato Grosso

O senador Jayme Campos (DEM-MT) afirmou que Mato Grosso passa atualmente pela "maior crise na área da saúde de sua história". Ele citou dados da CPI da Saúde da Assembleia Legislativa.

– A saúde de Mato Grosso, lamentavelmente, hoje vive um dos piores anos da história republicana, no que diz respeito à saúde – afirmou.

Jayme Campos registrou que o Mato Grosso é o maior produtor de soja do país, tem mais de 25 milhões de cabeças de gado e é um dos maiores produtores nacionais de algodão e milho.

Apesar desta boa situação econômica, frisou o senador, 120 mil pacientes esperam por atendimentos como exames, consultas e procedimentos de média e alta complexidade, denunciam a CPI da Saúde e a imprensa do estado.

– Desses, 63 mil pacientes aguardam apenas por uma consulta. Ou seja, padecem sem saber do que – lamentou o senador.



Para Delcídio, a empresa vem recuperando espaços perdidos

Delcídio aposta no fortalecimento da Eletrobrás

Ao comentar o lançamento da nova marca da Eletrobrás, na próxima semana, o senador Delcídio Amaral (PT-MS) disse que a iniciativa será importante para integrar a *holding* às suas subsidiárias e às políticas do governo para o setor elétrico.

O parlamentar ressaltou que a Eletrobrás é a maior *holding* do setor na América Latina. Congrega 15 empresas de geração, transmissão e distribuição e é responsável por 38% da energia gerada no país e por 56% do total das linhas de transmissão.

Delcídio Amaral informou que a empresa tem firmado parcerias com a iniciativa privada tanto no Brasil quanto no exterior, o que tem lhe garantido a recuperação de espaços que haviam sido perdidos no processo de privatização do setor elétrico.

Senador diz que no ato do Rio de Janeiro contra emenda que altera distribuição dos recursos havia muito patriotismo e alerta para risco de os estados se colocarem uns contra os outros

Paulo Duque aponta êxito na manifestação por royalties

PAULO DUQUE (PMDB-RJ) disse ontem que há mais de 20 anos não acontecia uma manifestação popular da magnitude da ocorrida na quarta-feira, no Rio de Janeiro, pelo pagamento dos *royalties* do petróleo aos estados produtores. Os manifestantes protestaram contra a aprovação, pela Câmara dos Deputados, de novas regras para a partilha dos *royalties*, que seriam distribuídos entre todos os estados.

– O povo da minha cidade, da cidade do Rio de Janeiro, se reuniu ao chamado patriótico das vozes do governador do estado, o ex-senador Sérgio Cabral, e a verdade é que fez uma manifestação magnífica que há muito tempo eu não tinha a oportunidade de



Paulo Duque afirma que a solução para o problema passa pelo Senado

assistir. Havia muito patriotismo ali – afirmou.

Duque alertou para o risco que, segundo ele, a união federativa

está correndo com a aprovação dessa emenda, uma vez que os estados que não produzem petróleo e os produtores estão se colocando uns contra os outros na luta pelos recursos dos *royalties* do petróleo. Disse que a solução para o impasse "é fácil, porque passa pelo Senado e basta dar a cada um aquilo que lhe pertence".

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) criticou, em aparte, o modelo atual de partilha, que destina 22,5% para os estados produtores; outros 22,5% para os municípios onde se encontram os poços; e 7,5% para os municípios afetados em cooperação, somando 52,5%. Assinalou que a União fica com 40% restando apenas 7,5% para ser dividido pelo restante do país.



Protesto realizado no Rio de Janeiro contou com a presença de pelo menos cem mil manifestantes, segundo a imprensa

"Emenda é oportunista e irresponsável"

Ao informar ter participado da manifestação no Rio contra a emenda que altera a distribuição dos *royalties*, o senador Magno Malta (PR-ES) afirmou que a emenda do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) é "oportunistamente, irresponsável e criminosa".

O senador anunciou que também vai apresentar emenda para que as riquezas naturais e os recursos arrecadados com a produção de outros estados

sejam divididas igualmente com todos os entes da federação.

Questionado sobre declaração do presidente Lula, em Amã, na Jordânia, segundo a qual o problema dos *royalties* do petróleo é do Congresso Nacional e que a "bola agora estaria com o Senado", Magno Malta disse vê-la "com muita tristeza". O senador recordou que, em reunião anterior, com os governadores do Espírito

Santo, Paulo Hartung, e do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, Lula teria dito que a situação seria diferenciada.

– Eu sou da base do presidente Lula e não o tenho como mentiroso, mas se ele não mantiver a posição dele certamente será uma grande decepção para mim. Ele sabe que isso provoca o desequilíbrio da federação e o próximo presidente vai conviver com o desequilíbrio – afirmou.

Cavalcanti apoia Emenda Ibsen e transição negociada

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu ontem a busca de uma transição negociada no modelo de distribuição dos *royalties* do petróleo. Para o senador, a partilha dos recursos entre todos os entes federativos, conforme a emenda do deputado Ibsen Pinheiro, é justa. Porém, ele acredita que a perda dos estados produtores deve ser progressiva.

Cavalcanti lamentou que um debate que ele considera de extrema relevância para a definição de um projeto de nação esteja sendo realizado num ano eleitoral. Ele sugeriu que a discussão sobre o modelo de distribuição dos *royalties* seja feita depois das eleições, para que haja tempo de se buscar uma solução.



Roberto Cavalcanti

Suplicy defende equilíbrio para solucionar impasse

Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou aos demais senadores que encontrem, "de forma responsável, o caminho do equilíbrio" na distribuição de *royalties* do petróleo da camada pré-sal. Para ele, todos os brasileiros devem ser beneficiados pelas novas jazidas, mas os estados produtores (Rio, Espírito Santo e São Paulo) também devem ser compensados, como prevê a Constituição.

No mesmo pronunciamento, Suplicy informou ter sugerido ao novo embaixador de Cuba no Brasil, Carlos Zamora Rodriguez, que seu governo procure conciliar "socialismo com liberdade de expressão", referindo-se à prisão de dissidentes políticos.



Eduardo Suplicy



Mão Santa também criticou falta de solução para a febre aftosa no Piauí

Mão Santa apela a Lula por anistia para agricultores

O senador Mão Santa (PSC-PI) fez um apelo em Plenário para que o presidente Lula anistie os pequenos agricultores do Nordeste, cujas dívidas estão sendo executadas na Justiça.

– Apelamos ao Luiz Inácio para que, neste último ano de governo, anistie os pequenos produtores. Não queira ser o pai dos pobres e mãe dos banqueiros que estão executando os homens do campo – disse Mão Santa.

O senador também relatou reivindicação da Associação de Defesa Agropecuária do Piauí, levada ao governador Wellington Dias (PT), para resolver o problema da aftosa no estado.

Segundo o senador, o governador relatou que o gado só pode ser negociado internamente, por falta de controle da doença, e que diante disso seu preço médio é metade daquele praticado em outros estados em que o gado é declarado livre da aftosa.



Magno Malta acha mais correto proibir pornografia nas novelas

Magno Malta critica projeto que proíbe lutas na TV

Magno Malta (PR-ES) criticou em Plenário projeto de lei do deputado José Mentor (PT-SP) que proíbe as transmissões de lutas de artes marciais pela televisão, aberta ou fechada. O senador se disse decepcionado com o deputado e afirmou que as artes marciais ensinam os jovens a terem respeito, serenidade e tranquilidade.

Malta sugeriu ao deputado que, em vez desta proposta, apresente "um projeto mais corajoso", que proponha acabar com novelas que tragam "cenas de pornografia".

– A concessão é pública, mas isso ninguém tem coragem de fazer – afirmou.

Magno Malta disse que é praticante de boxe e que sua instituição de recuperação de drogados tem uma academia de artes marciais e já produziu um campeão latino e outro brasileiro de boxe.